

Ações do Centro de Documentação e Informação Científica (CEDIC/PUC-SP) para preservação, divulgação e acesso aos documentos do Fundo Clamor

Ana Célia Navarro de Andrade¹
Gabriela Sacche Salles²

O CEDIC/PUC-SP e sua política de acervo

O Centro de Documentação e Informação Científica “Prof. Casemiro dos Reis Filho” – CEDIC, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), tem como missão reunir, preservar e disponibilizar documentos e referências documentais sobre diferentes tendências e expressões da memória social brasileira, com ênfase nos movimentos de leigos católicos e incluindo a memória da própria Universidade.

O CEDIC constitui-se num centro de documentação, entidade que reúne, por doação, permuta ou compra documentos únicos ou múltiplos de origens diversas (sob a forma de originais ou cópias) e/ou referências sobre uma área específica da atividade humana. Esse tipo de entidade compartilha com arquivos, bibliotecas e museus a tarefa de preservar e difundir o patrimônio documental da humanidade, em benefício da divulgação científica, tecnológica, cultural e social, bem como do testemunho histórico, embora cada uma dessas instituições de documentação se ocupe de um perfil de acervo e o faça segundo metodologia própria.

O CEDIC foi criado pela Resolução da Reitoria nº 87/80, de 5 de setembro de 1980, atendendo a uma demanda da CAPES³, a partir da implantação dos cursos de pós-graduação, no transcorrer dos anos 1970. Nos primeiros anos de existência, o Centro dedicou-se à organização de referências dentro de áreas específicas do conhecimento e iniciou o processo de organização do Catálogo de Teses e Dissertações defendidas na PUC-SP, cuja atualização passou a ser responsabilidade da Biblioteca Central da Universidade.

Em 1986, por resolução da Reitoria, um grupo de trabalho interdisciplinar reformulou os objetivos do Centro que, desde então, atua na área de preservação documental, disponibiliza equipamentos para consulta de documentos em suportes especiais e presta serviços de reprodução de documentos para preservação e pesquisa, além de oferecer estágios, cursos e eventos para formação de recursos humanos em suas áreas de atuação.

Atualmente, reúne vasta documentação sobre a história e a organização da sociedade brasileira, bem como suas relações com a América Latina e Central. Conta com 19 Fundos de arquivo e mais de 70 Coleções de documentos textuais, iconográficos, sonoros e audiovisuais, num total aproximado de 820 mil itens. Entre os temas abordados por esse acervo, para além dos conjuntos documentais produzidos por movimentos sociais ligados à Igreja e movimentos de educação, estão os da cultura popular, direitos humanos, habitação, movimento estudantil, meio ambiente, migrantes,

¹ Historiógrafa do CEDIC/PUC-SP e doutoranda em História Social pela USP; e-mail: anavarro@pucsp.br

² Aluna do curso de graduação em História e estagiária do CEDIC/PUC-SP; e-mail: gssalles@pucsp.br

³ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, fundação vinculada ao Ministério da Educação.

mulheres, organizações políticas, povos indígenas, saúde, trabalhadores urbanos e rurais, e parte do arquivo da própria PUC-SP.

Para colocar seu acervo à disposição dos pesquisadores, o Centro passou a desenvolver seus próprios projetos de pesquisa na área da Ciência da Informação, realizando reflexões teóricas e metodológicas em torno do tratamento de arquivos e coleções privadas. Esses projetos não só cumprem sua finalidade primeira de organização e elaboração de guias, inventários e catálogos, que permitem o acesso ao seu acervo, como também têm contribuído para a revisão e o avanço teórico e metodológico da Arquivologia, na medida em que geram publicações, artigos em revistas científicas especializadas e apresentação de trabalhos em congressos e seminários, tanto no Brasil como no exterior.

Em 2012, por Deliberação do Conselho Universitário (CONSUN), o CEDIC foi oficialmente inserido na nova organização institucional da PUC-SP como setor cultural, ligado à Pró-Reitoria de Cultura e Relações Comunitárias, passando, assim, a ter assento no Conselho de Cultura e Relações Comunitárias (CECCOM). Seus objetivos foram reafirmados e a participação do Centro na preservação da memória da Universidade foi explicitada, como pode ser observado a seguir.

- ✓ Prestar, por meio de suas atividades, apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão na Universidade;
- ✓ Reunir, custodiar e preservar documentos e referências documentais de valor histórico sobre diferentes tendências da memória social brasileira, com ênfase nos movimentos de leigos católicos;
- ✓ Reunir, custodiar e preservar documentos e referências documentais de valor histórico sobre a PUC-SP, contribuindo para a preservação da memória da Universidade;
- ✓ Estabelecer linhas de acervo, que levem em conta as linhas de pesquisa e reflexão da Universidade;
- ✓ Estabelecer uma política de preservação de seu acervo;
- ✓ Realizar o tratamento técnico de seu acervo, de acordo com sua natureza;
- ✓ Desenvolver projetos de pesquisa para elaboração de referências documentais afins com o perfil do Centro;
- ✓ Disponibilizar e divulgar seu acervo, as referências coletadas e seus serviços aos professores, pesquisadores, alunos e funcionários da PUC-SP, bem como ao público externo;
- ✓ Promover pesquisas na área de Documentação e Memória;
- ✓ Promover a formação de recursos humanos na área de Documentação e Memória;
- ✓ Promover intercâmbio técnico-científico com entidades afins, por meio da permuta de publicações, da participação em atividades e projetos interinstitucionais, da filiação a sociedades científicas, da promoção de e participação em eventos científicos nas áreas de Documentação e Memória.

Finalmente, suas atividades estruturam-se em torno de cinco programas:

Tratamento Documental e Elaboração de Referências: responsável pela ampliação e pelo tratamento documental do acervo, constituído por documentação arquivística, bibliográfica e hemerográfica; e pela elaboração de referências documentais sobre o

acervo de outras instituições afins com o perfil do CEDIC, incluindo as pesquisas históricas instrumentais necessárias.

Conservação e Reprografia: responsável pela conservação física do acervo, incluindo a modernização da infraestrutura do Centro, e pelos serviços de reprodução de documentos, com base na metodologia da reprografia de preservação e para a pesquisa (microfilmagem, digitalização de documentos e microformas, reprodução de microformas em papel e masterização de fontes sonoras com qualidade digital).

Apoio à Pesquisa, Difusão e Intercâmbio: responsável pelo atendimento aos pesquisadores, pela divulgação do Centro, de seu acervo e dos serviços, realizando, quando necessário, pesquisas históricas instrumentais; pela formação de recursos humanos, seja por meio de cursos ou de estágio oferecido a alunos de graduação da PUC-SP, e pela promoção de eventos científicos na área de documentação e memória, bem como pelo intercâmbio com instituições afins, incluindo a participação da Coordenação e da Equipe Técnica em eventos científicos de áreas correlatas ao perfil de seu acervo e/ou às atividades desenvolvidas pelo CEDIC.

Memória PUC-SP: preocupado com a preservação do patrimônio arquivístico da Universidade, o CEDIC tem realizado ações que visam à recuperação e à preservação da Memória da PUC-SP. Essas ações dizem respeito tanto ao campo da gestão documental quanto ao recolhimento de parcelas da documentação arquivística da Universidade, já consideradas históricas. Além disso, presta assessoria técnica ou coordena projetos nas áreas de Documentação e Memória.

Projetos Especiais: projetos que perpassam mais de uma área, normalmente frutos de parcerias com instituições afins e/ou de financiamento de agências de fomento, ou ainda de contratos/convênios de assessoria técnica, dentre os quais, destacam-se: 1) *Projeto “Memórias Reveladas” – Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985)*: convênio firmado em 2008, entre a Fundação São Paulo (mantenedora da PUC-SP) e o Arquivo Nacional, possibilitando amplo acesso aos registros documentais das lutas políticas no Brasil de 1964 a 1985, preservando o direito de cidadãos e disponibilizando fontes para a pesquisa científica. 2) *Projeto “Brasil Nunca Mais” Digital*: a partir do 2º semestre de 2011, a PUC-SP, por meio da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e do CEDIC, tornou-se instituição parceira do projeto a convite do Ministério Público Federal. O projeto visa repatriar a documentação existente no Exterior, preservar e dar publicidade a esse valioso acervo que integra o patrimônio histórico e cultural brasileiro, através da digitalização, fomentando o seu acesso para pesquisas pela sociedade civil.

Breve histórico do Clamor

Nos anos de 1977-1978, ainda vigorava no Brasil o regime militar, implantado em 1964. Após mais de uma década de ditadura, cerca de 60 presos políticos ainda cumpriam longas penas, depois de terem conhecido de perto o terror dos porões da repressão e da tortura.

No entanto, havia uma luz de esperança que amenizava a dor de muitos brasileiros e refugiados da Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai e Bolívia, atingidos pelo arbítrio do regime militar de seus países: a Arquidiocese de São Paulo, conduzida pelo Cardeal

Arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns, que sempre atuou na defesa dos Direitos Humanos, e no respeito à dignidade e à integridade da pessoa humana.

No início de 1978, a jornalista Jan Rocha, o advogado Luiz Eduardo Greenhalgh e o pastor protestante Jaime Wright reuniram-se em São Paulo para discutir a possibilidade de criarem uma entidade para denunciar a violação de Direitos Humanos nos países vizinhos, cujas informações eram trazidas pelos próprios refugiados. Procuraram Dom Paulo, pois estavam à procura de um guarda-chuva, ou seja, de uma instituição que pudesse dar apoio e proteção ao projeto. Solicitaram, então, audiência para conversar sobre o assunto e, de imediato, Dom Paulo acolheu a ideia e pediu um grupo que atuasse vinculado à Comissão Arquidiocesana de Pastoral dos Direitos Humanos e dos Marginalizados.

Nascia o Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul – mais conhecido por Clamor. Clamor não era a sigla do Comitê. Era o nome de seu boletim, cujo primeiro número foi publicado em junho de 1978. Seu nome foi inspirado no Salmo 88,2 – *“Ó Senhor, Deus da minha salvação, diante de ti clamo, de dia e de noite. Chegue a minha oração perante a tua face; inclina os teus ouvidos ao meu clamor.”*

O Comitê marcou sua imagem por meio do desenho de uma chama que brilha através das grades de uma prisão - criação do então preso político Manoel Cirilo de Oliveira Neto, libertado posteriormente em 1979.

Além da chama – que indicava a esperança dos refugiados e dos familiares e amigos daqueles que estavam presos e/ou desaparecidos, o Comitê possuía o slogan *“Solidariedade não tem fronteiras”*. Com esse slogan, o Clamor percorreu todos os países do Cone Sul, além de ter buscado apoio e ajuda financeira junto a organismos internacionais, como o Conselho Mundial de Igrejas, na figura de Charles Harper.

O Comitê surgiu numa das épocas mais críticas da repressão nos países do Cone Sul quando, ironicamente, o Brasil suspendia a censura aos meios de comunicação social e colhia os frutos (refugiados políticos) da exportação da tecnologia repressiva brasileira a seus vizinhos, especialmente Uruguai, Chile e Argentina. Naquela época, aqui no Brasil não havia nenhum grupo dedicado à solidariedade a esses países. Devido ao constante fluxo de informações chegadas à Arquidiocese de São Paulo, não havia como escapar da responsabilidade de denunciar as violações de direitos humanos que estavam produzindo essa imigração. Para denunciar tais violações, o boletim foi publicado em três línguas: português, espanhol e inglês, e enviado – sem assinaturas – a 22 estados brasileiros, 23 países americanos e 25 países nos demais continentes.

A edição em três línguas abarcava três tipos de audiência: aos brasileiros e à imprensa brasileira; às entidades de Direitos Humanos latino-americanas, familiares e amigos dos refugiados; e às entidades europeias e da América do Norte. Cada número do **Boletim Clamor** teve uma tiragem de aproximadamente 2.000 exemplares distribuídos entre 1.000 exemplares em português, 600 em espanhol e 400 em inglês.

Além do Boletim, o Clamor divulgou vários comunicados de Imprensa a respeito das entrevistas coletivas realizadas, em geral, na Arquidiocese de São Paulo.

Ao escrever pequena biografia do Comitê, em 1982, o Reverendo Wright enfatizou a importância do Boletim na divulgação dos fatos ocorridos naqueles países, e enumerou os três elementos essenciais na eficácia do trabalho desenvolvido pelo Comitê: atos

concretos, sem teorizações ideológicas ou partidárias; orientação ecumênica, sem preocupações sectárias; e o mínimo de estrutura institucional, a fim de que a equipe permanecesse ágil, flexível e despreocupada com interesses administrativos.

Por conseguinte, não nutria aspirações hegemônicas de qualquer espécie. Na verdade, sua intenção era desaparecer por completo, o mais cedo possível. Quando isso acontecesse, o Comitê, ao contrário do que se poderia imaginar, desapareceria feliz, pois significaria a ocorrência de uma ou de ambas as situações: a vigência plena dos direitos humanos nos países do Cone Sul; ou a existência de grupos em cada país que já estavam tendo plena liberdade de lutar contra as violações desses direitos.

A equipe do Clamor se organizou contando, sobretudo, com a dedicação de seus três fundadores. Com o passar dos anos, novos membros foram integrados ao Comitê. Inicialmente ingressaram a Irmã Michael Mary Nolan (advogada) e o Pe. Roberto Grandmaison, em 1979. Posteriormente, a partir de 1982, foi a vez de Tereza Brandão, Fermino Fecchio, Maria Auxiliadora Arantes, Maria Aparecida Horta, Inge Schilling, Lília Azevedo e João Xerri. Dezenas de refugiados e exilados de todos os países do Cone Sul colaboraram com informações, depoimentos, traduções e trabalho de apoio.

Percebendo a dificuldade em administrar suas atividades, sentiu-se a necessidade de elaborar um regimento interno para o Comitê, segundo o qual haveria uma Comissão Coordenadora para supervisionar os trabalhos e o ambiente físico do escritório, administrar a tesouraria e preparar a agenda das reuniões, convocar as reuniões, receber e responder a correspondência, e manter informados tanto os demais membros do Clamor, como o Cardeal Arcebispo, sobre o andamento dos trabalhos. O primeiro Boletim Interno, editado após a aprovação das regras de funcionamento do Clamor (1983), divulgou as deliberações da primeira Comissão Coordenadora formada por Jaime Wright, Jan Rocha e Roberto Grandmaison.

Segundo os boletins internos e os relatórios anuais de atividades, os membros do Clamor se revezavam no escritório, situado à Rua Higienópolis, 890 – sala 19, para atender aos refugiados e familiares de presos/desaparecidos políticos, pessoalmente e/ou por telefone, manter a correspondência em dia, realizar atividades de divulgação das denúncias e promover gestões junto a instituições e órgãos governamentais, entre outras tarefas.

Vinculado à Arquidiocese de São Paulo, o Clamor mantinha, contudo, um caráter ecumênico, reunindo católicos e protestantes, militantes de uma causa comum: a defesa dos Direitos Humanos e o compromisso com a solidariedade aos povos do Cone Sul. Paulatinamente, o Clamor ampliou seus contatos internacionais com a Igreja Protestante, através do Conselho Mundial de Igrejas (CMI); com a Anistia Internacional, e com outros organismos congêneres na preservação comum da dignidade e da integridade da pessoa humana.

Seu objetivo inicial foi o de dar assistência aos refugiados não reconhecidos pelo ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. Muitos deles não podiam preencher os formulários fornecidos pelo ACNUR, sob a pena de comprometer sua segurança pessoal. Eram clandestinos civis dentro da clandestinidade política, não sendo protegidos, portanto, pelo Estatuto dos Refugiados. Essa assistência se materializou em ajuda prática, com o propósito de resolver os inúmeros problemas de saúde, trabalho, ocupação e moradia com os quais se defrontavam os refugiados.

A este objetivo somaram-se, primeiro, o de divulgação de todas as denúncias colhidas no contato com os refugiados e as que chegassem ao conhecimento da equipe; e, segundo, o estabelecimento de contatos com entidades internacionais e nacionais atuantes na mesma área: Servicio Paz y Justicia (Uruguai); Abuelas e Madres de Plaza de Mayo (Argentina); Vicaría de Solidaridad (Chile), entre outras.

Durante todos esses anos, a equipe do Clamor procurou divulgar ao máximo, por meio de seu boletim, as denúncias recebidas. Foram publicados 17 números, ao longo de doze anos. Entre os assuntos tratados, destacam-se: documento especial sobre cada um dos países do Cone Sul, enfocando as violações dos Direitos Humanos; a luta do povo para denunciar e derrotar os regimes militares implantados; a situação das prisões e o tratamento dado aos presos; edição especial sobre a opressão sofrida pelos sindicatos no Cone Sul; número especial sobre a legislação pertinente aos refugiados; denúncia completa das violências praticadas na Bolívia depois do golpe militar, em 1980. Além dessas edições especiais, o boletim serviu de intercâmbio com entidades congêneres para estabelecer uma rede de solidariedade em prol das vítimas da opressão militar.

O Clamor fez pressão sobre os governos do Cone Sul para libertarem presos políticos e publicou na imprensa argentina matérias pagas solicitando informações sobre crianças desaparecidas. Organizou reuniões vitais no contexto da luta contra as ditaduras militares, como por exemplo, o encontro com vítimas sobreviventes dos campos de concentração argentinos, mais especificamente de "La Cacha"; além de reunião com entidades de todos os países do Cone Sul, com a finalidade de aprofundar o papel e as principais tarefas na luta contra os dogmas da Doutrina de Segurança Nacional (DSN).

Um dos trabalhos mais importantes do Clamor foi a elaboração da lista de desaparecidos na Argentina. Seu objetivo era mostrar que cada desaparecido era uma mulher, um homem, uma criança, pai, mãe ou filho, com identidade, e não apenas um número. Esse trabalho durou dois anos e contou com a colaboração de vários refugiados. Foi elaborada ficha-padrão para coleta de informações e denúncias de tortura e de desaparecimentos, estruturada de forma a permitir seu preenchimento em qualquer língua. A ideia era personalizar os desaparecidos e ter uma referência mais concreta sobre sua idade, profissão, família, estado civil, lugar e data de sua prisão. A sistematização desses dados deu origem ao livro "*Desaparecidos en la Argentina*" (*Disappeared in Argentina*), publicado em 1982. O livro, editado em espanhol e em inglês, reuniu informações de 7.791 desaparecidos na Argentina. Sua repercussão levou a CONADEP, *Comisión Nacional de los Desaparecidos Políticos* (Argentina), a solicitar informações sobre os desaparecidos mencionados, a fim de aprofundar as investigações e descobrir seu paradeiro.

Esse trabalho permitiu ao Comitê entrar em contato com várias entidades similares da América Latina, entre as quais a associação *Abuelas de Plaza de Mayo*, fundado em 1979, lutavam pela defesa da vida e do direito a uma família. Ficaram conhecidas no mundo inteiro pela sua exigência ferrenha de voltar a ter o convívio com seus netos e netas. O Comitê realizou muitas diligências para apurar os casos dessas crianças e colaborou na solução de vários deles, entre os quais, o caso dos irmãos Anatole e Victoria Eva Lucia Grisonas, sequestrados com seus pais na Argentina. Enquanto os pais foram mortos nos porões da ditadura argentina, os irmãos foram deportados ilegalmente para o Chile, onde foram reconhecidos na cidade de Valparaíso.

A localização de Anatole e Vicky desencadeou uma reação em cadeia na tentativa de localização de outras crianças desaparecidas. Cartas, denúncias, telegramas chegaram de

vários países do Cone Sul, fazendo apelos, fornecendo dados para que o Clamor denunciasse outros desaparecimentos.

No Brasil, o Comitê deu o alarme quando os refugiados uruguaios Lilian Celiberti, seus dois filhos e Universindo Dias foram sequestrados em Porto Alegre; além de denunciar a situação deplorável dos brasiguaios expulsos ou foragidos do Paraguai.

Após muita reflexão e troca de ideias sobre a conjuntura social e política do Cone Sul, o grupo chegou à conclusão de que os objetivos iniciais que provocaram sua fundação haviam sido atingidos. O Clamor nasceu para preencher um espaço numa situação de emergência e, bem ou mal, as inúmeras entidades de Direitos Humanos, criadas em todos os países do Cone Sul, recuperaram esse espaço e não precisavam mais de um porta-voz.

Frente a essa conjuntura, o Clamor, que sempre se colocou a serviço daqueles que não tinham voz nem vez, interrompeu suas atividades em meados de 1991.

Incorporação ao acervo do CEDIC e tratamento documental para preservação

Após o encerramento das atividades do Comitê, seu arquivo ficou sob a custódia do Arquivo Metropolitano Dom Duarte Leopoldo e Silva, da Cúria Metropolitana de São Paulo. Em seguida, parte desta documentação, constituída por publicações periódicas e não periódicas, informes, artigos de jornais, folhetos de organizações de Direitos Humanos e panfletos sobre o desaparecimento de crianças, apenas para nomear algumas séries documentais, foi transferida para o Centro Ecumênico de Serviço à Evangelização e Educação Popular - CESEP, que recebeu autorização dos antigos membros do Clamor para doar o material a alguma entidade de documentação e pesquisa na área de Direitos Humanos.

A primeira instituição com a qual o CESEP entrou em contato foi a PUC-SP, universidade pertencente à Arquidiocese de São Paulo, para oferecer o material a seu Centro de Documentação, que prontamente o aceitou e incorporou a seu acervo, nos meses de abril e maio de 1993.

Em 1997, a parcela da documentação que estava sob a custódia do Arquivo da Cúria foi transferida para o escritório dos advogados e membros do Comitê Luiz Eduardo Greenhalgh e Michael Mary Nolan, para resgatar documentos sobre a Operação Condor e a violação dos Direitos Humanos no Chile durante o governo do General Pinochet, em julgamento na Europa. Quando a pesquisa terminou, em dezembro de 1999, os advogados autorizaram o recolhimento definitivo daquele arquivo ao CEDIC/PUC-SP.

Em fevereiro de 2001, Jan Rocha entregou ao CEDIC cerca de dez caixas-arquivo que estavam sob sua custódia para serem reintegrados ao Fundo, assim como poucas unidades documentais que se encontravam com Tereza Brandão e IngeSchilling.

O tratamento dos documentos do arquivo do Comitê teve início no primeiro semestre de 1993, após o recebimento do material oriundo do CESEP, o qual foi registrado, higienizado, identificado, listado e reacondicionado em pastas de polipropileno (polionda), e armazenado em estantes de aço. Posteriormente, as pastas deram lugar a caixas-arquivo do mesmo material que, somadas à documentação incorporada em 1999, perfazem o total de 106 caixas-arquivo e 29 pastas de médio e grande formato.

A reunião do Fundo Clamor ocorreu, em grande parte, graças à pesquisa de mestrado da historiógrafa Ana Célia Navarro de Andrade, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Sob o título *“Inventário do Fundo Clamor: Organização e Descrição do Fundo Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul”*, a pesquisa teve como objetivos, além da identificação dos conjuntos documentais integrantes do Fundo, promover uma política de reunião do arquivo, até então disperso em instituições diferentes e em residências de ex-membros do Comitê, realizar sua organização e descrição, tendo como produto final o inventário do Fundo Clamor.

Durante a pesquisa, o CEDIC realizou reforma de suas instalações físicas, e a organização efetiva dos documentos do Comitê foi adiada, apesar de o mesmo permanecer sempre disponível para consulta.

Em 2010, o CEDIC encaminhou ao Ministério de Cultura da Espanha projeto para aquisição de material de consumo especial para o acondicionamento de fundos e coleções que tratavam de Direitos Humanos. Em 2011 o projeto *“Reacondicionamento dos Fundos e Coleções sobre Direitos Humanos no Brasil e na América Latina pertencentes ao acervo do CEDIC/PUC-SP”* foi aprovado pelo Programa ADAI (*Apoyo al Desarrollo de Archivos Iberoamericanos*), e realizado ao longo dos primeiros dez meses de 2012. Graças a ele, o acervo recebeu caixas mais adequadas para seu acondicionamento horizontal, assim como papéis especiais e jaquetas de poliéster.

Há que salientar que, devido às atividades de rotina do Centro, o Fundo Clamor encontrava-se ainda em nível precário de organização e, a cada demanda específica dos pesquisadores, tornava-se necessário um longo trabalho de consulta ao inventário, às listagens complementares e à própria documentação. Esse problema foi solucionado com a submissão do projeto *“Clamor: Documentação e Memória de um Comitê pelos Direitos Humanos no Cone Sul”* à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), em 2012. Sua meta central era o desenvolvimento de ações que viabilizassem a disponibilização pública do arquivo do Comitê, articulando-se em torno de dois objetivos: a) a complementação do Fundo e a construção de um histórico mais complexo da trajetória do Comitê em suas articulações com entidades e outros organismos de defesa dos Direitos Humanos no Brasil, na América Latina e na Europa; b) o tratamento e a organização do arquivo, bem como sua digitalização para ampliar o acesso público.

Findo o prazo, o projeto continua em andamento com atividades de revisão da organização física dos documentos (ordenação interna das séries) e com a alimentação da plataforma DSpace, repositório *on-line* disponibilizado pela PUC-SP, adaptada para descrição arquivística do acervo do CEDIC, uma vez que foi criada para Bibliotecas.

Já foram digitalizados⁴ aproximadamente 90% da documentação arquivística pertencente ao Fundo Clamor. Os representantes digitais encontram-se armazenados em *storage* com *backup* de espelhamento automático, conectado diretamente à rede do Centro de Documentação, mas com acesso restrito, além de possuir cópia em HD externo, exclusivo para esse Fundo.

⁴ A digitalização foi realizada com as seguintes características: resolução de 300 DPI, escala 1:1 (tamanho original do documento) e em cores, compressão em TIFF.

Ações para divulgação do Fundo Clamor

Desde meados de 1990, o CEDIC padronizou as atividades de recebimento, registro e divulgação de seu acervo, principalmente dos fundos e coleções de documentos. Com o Fundo Clamor não foi diferente. Assim que o arquivo deu entrada no Centro, a doação foi registrada e elaborada uma listagem provisória da documentação. Foi realizada uma primeira pesquisa sobre o Comitê. Essas informações integraram o **Projeto Guia do CEDIC** (1993 a 1995), que referenciou o acervo existente à época em seus dados fundamentais e forneceu informações sobre a trajetória, o funcionamento e os serviços do Centro.

Após a publicação desse instrumento, a quantidade de consultas ao acervo cresceu significativamente, assim como as consultas ao Fundo Clamor. Pouco tempo depois, surgiu a necessidade de disponibilizar essas e outras informações a um público ainda maior, por meio da internet. Para tanto, teve início o projeto **Informatização do Guia do CEDIC e compatibilização com a ISAD-G e a NOBRADE**.

Em 2001, quando o Centro já se encontrava em sua nova sede, foi construída a interface do instrumento para o usuário, cuja pesquisa cruzada era feita diretamente pelo público.

A partir de então, teve início uma série de reflexões sobre a utilização dos recursos da informática para a construção de instrumentos de pesquisa eletrônicos com características arquivísticas, sem cair na tentação de adotar bancos de dados prontos, normalmente destinados a bibliotecas, cujo acervo tem outra natureza.

Como resultado, além das demandas de pesquisadores acadêmicos e de consultas isoladas de advogados, familiares de desaparecidos políticos e de entidades de Direitos Humanos, o CEDIC recebeu em 2008 duas grandes solicitações oriundas da Argentina. A primeira chegou por intermédio do Ministério Público Federal em São Paulo, a pedido do governo da República Argentina: era preciso confirmar, por meio de documentos e artigos publicados em boletins e periódicos, a existência da chamada *Vila Budge*, um dos mais de trinta centros de detenção clandestinos da Argentina. Pouco tempo após o término da primeira pesquisa, cujos documentos levantados foram microfilmados e digitalizados para envio ao governo argentino, chegou a nova solicitação, encaminhada pela Arquidiocese de Buenos Aires, por intermédio da Arquidiocese de São Paulo. O Cardeal Jorge Mario Bergoglio solicitara a transferência de todas as fichas de desaparecidos argentinos para a Cúria de Buenos Aires. Como a urgência era grande e o CEDIC não abriria mão dessa parte importante de seu patrimônio documental, a solução foi digitalizar todas as fichas e demais documentos que tratassem de mortos, presos e desaparecidos argentinos. O resultado final foi gravado em vários CD's, que foram duplicados e entregues ao então Arcebispo de São Paulo e Grão-Chanceler da PUC-SP, Cardeal Dom Odilo Pedro Scherer, que os levou pessoalmente ao Cardeal Bergoglio, hoje Papa Francisco.

Outra ação voltada à divulgação do Fundo Clamor diz respeito ao Programa Memória do Mundo (*Memory of World* - MoW) da UNESCO. Assim que foi lançado o primeiro edital do MoW Brasil, o CEDIC encaminhou a candidatura do Fundo Clamor, o qual foi nominado em 2007, de acordo com a Portaria do Ministério da Cultura nº 60, de 31 de outubro de 2007. Cinco anos depois, o Fundo foi nominado Memória do Mundo América Latina e Caribe (MoWLAC), e recebeu, por unanimidade, sugestão do Comitê

Regional América Latina e Caribe para encaminhar a candidatura ao MoW Internacional. Então, em 2014, o CEDIC encaminhou a candidatura ao Programa MoW Internacional, em conjunto com o Archivo General de la Nación de Uruguay, com o apoio do Arquivo Nacional do Brasil, cuja nomeação ocorreu no início de abril de 2016.

Além dessas ações, o Fundo Clamor tem sido tema de diversos trabalhos apresentados pela Coordenação e Equipe Técnica do CEDIC em congressos, seminários e encontros dentro e fora do Brasil, bem como de seminários promovidos pelo próprio Centro de Documentação como, por exemplo, o Seminário **CLAMOR: preservação documental, memória e pesquisa**, que foi realizado nos dias 28 e 29 de agosto de 2014, no Auditório Paulo Freire do TUCA, em São Paulo.

Solicitações e pesquisas realizadas com e sobre o Clamor

A fim de ilustrar a relevância do Fundo Clamor como fonte de pesquisa, realizou-se pequeno levantamento historiográfico de trabalhos que utilizaram como tema o Comitê, ou que tenham utilizado o Fundo para pesquisas sobre temas correlatos, seja para a construção de artigos, seja para a elaboração de trabalhos acadêmicos como monografias, dissertações ou teses.

Durante o levantamento foi possível destacar quatro vertentes de pesquisa: perspectivas da trajetória do Comitê; atuação do Grupo na solução de casos de desaparecidos ou de presos políticos; preservação da memória; preservação e divulgação do Fundo realizados no/pelo CEDIC-PUC-SP.

De 2003 a 2014, dentre os trabalhos pesquisados, destacam-se um livro, uma monografia, uma entrevista, quatro artigos e duas reportagens que abordam as perspectivas da trajetória do Comitê e a atuação do Grupo na solução de casos de desaparecidos ou de presos políticos, conforme relação a seguir.

1. **Clamor, a vitória de uma conspiração brasileira**: livro de autoria de Samarone Lima, que relata a trajetória do Comitê dando especial atenção ao trabalho de denúncia de sequestros e violações de direitos humanos, bem como ao de localização de crianças desaparecidas durante as ditaduras do Cone Sul.
2. Artigo “*América Latina: Ditadura, Segurança Nacional e Terror de Estado*”, de Enrique Serra Padrós. O autor trabalha o tema Clamor retratando a relação do Grupo com o resgate dos irmãos Grisonas. Caso que, segundo ele, desencadeou a luta do Comitê contra a Operação Condor.
3. “*Memória do Condor: como um grupo de brasileiros localizou duas crianças sequestradas pelo terror multinacional*”, reportagem de Jan Rocha para o jornal **O Estado de São Paulo**. Nessa matéria, Jan Rocha aborda um dos casos mais divulgados de desaparecimento de crianças: o dos irmãos Anatole e Vick Grisonas, sequestrados em Buenos Aires e encontrados em Valparaíso/Chile. Seu relato descreve como esse caso foi de fundamental importância para que o Comitê denunciasse a Operação Condor.
4. “*Por que Lilián Celiberti e Universindo Rodríguez foram sequestrados? Resistência uruguaia em Porto Alegre no final da década de 1970*”, artigo de Ramiro Reis, que escreve sobre a atuação do Clamor em oposição à Operação Condor.

5. “*Filhos da guerra suja*”, reportagem de Francisco Goldman para a revista **Piauí**. O jornalista evoca o caso de María Isabel Chorobik de Mariani, que teve seu filho e nora mortos e a neta sequestrada durante ação policial na Argentina. O artigo apresenta a ação do Clamor e de María Chorobik, fundadora da associação *Abuelas de Plaza de Mayo*, mais conhecida como *Chicha*, para encontrar a neta desaparecida.
6. “*Clamor: Documentação e Memória de um Comitê pelos Direitos Humanos no Cone Sul (1978-1990)*”, artigo de Heloísa de Faria Cruz (coordenadora do CEDIC). Aborda a trajetória do Comitê através da perspectiva dos Boletins publicados pelo Grupo.
7. “*Entrevista com Jan Rocha, do Grupo Clamor*”, realizada por Graziani Righi e Patrícia Machado. Traça o histórico da fundação do Clamor e sua atuação na defesa dos direitos humanos, por meio de entrevista oral com Jan Rocha, uma das fundadoras do Comitê.
8. “*CLAMOR: A Solidariedade Contra o Terrorismo de Estado e a Operação Condor*”, artigo de Enrique Serra Padrós. Usando de outros casos de crianças desaparecidas, o autor mostra a trajetória do Comitê e como foi realizada a denúncia da Operação Condor nos casos de desaparecimento de crianças no Cone Sul.
9. “*A solidariedade não tem fronteiras: O grupo Clamor e a rede de direitos humanos na resistência às ditaduras do Cone Sul*”, monografia de Guilherme Barboza de Fraga. O autor estabelece a ligação entre o Clamor e outras entidades de defesa dos direitos humanos na região do Cone Sul e também dialoga sobre a maneira como essas organizações fizeram papel de oposição à Operação Condor.

Numa perspectiva de preservação da memória, mas ainda focando na atuação do Clamor, Heloísa Starling e Anna Flávia Barreto, em “*Fundo Clamor: memórias e histórias de violações dos direitos humanos*”, abordam o sequestro e o desaparecimento de crianças e adolescentes nas ditaduras argentina, chilena, uruguaia e paraguaia, e a atuação do Comitê para preservar a memória histórica dos acontecimentos. Há também o artigo “*Memórias de histórias de violação dos direitos humanos durante as ditaduras militares no Brasil e no Cone Sul*”, publicado por Anna Flávia Barreto, descrevendo como o CEDIC faz o resgate e a preservação da memória histórica dos casos de sequestro de crianças e de adolescentes, bem como de prisões e das torturas sofridas por militantes de oposição às ditaduras do Cone Sul, por meio da divulgação do Fundo Clamor.

Os textos que retratam o trabalho arquivístico realizado no/pelo CEDIC foram escritos pela coordenadora do CEDIC Heloísa de Faria Cruz (mencionado acima) e pela historiógrafa Ana Célia Navarro de Andrade, abordando as ações de preservação e difusão do Fundo Clamor. Entre outros textos, Ana Célia defendeu no ano 2000 a dissertação de mestrado “*Inventário do Fundo Clamor: Organização e Descrição do Fundo Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul*”, já mencionada; e, mais recentemente, publicou o artigo “*O projeto Clamor: documentação e memória de um Comitê pelos Direitos Humanos no Cone e o acesso à informação*”.

Ainda nessa vertente, o jornalista Fábio Nassif, na edição de 3 de janeiro de 2011 da revista **Carta Maior**, publicou a matéria intitulada “*Arquivo Clamor guarda a memória da resistência contra ditaduras na América Latina*”, na qual apresenta o Centro de Documentação da PUC-SP, enfatizando o papel do CEDIC na preservação do Fundo

Clamor, além de relatar as principais ações do Comitê na defesa dos Direitos Humanos e na resistência contra as ditaduras militares.

Considerações finais

O principal objetivo de qualquer instituição de documentação não é simplesmente preservar seu acervo, no sentido de bem cuidar e armazenar, mas fundamentalmente é dar acesso à informação. Para tanto é necessário divulgar seu acervo, seja por meio de instrumentos de pesquisa impressos, seja por meio de bases de dados *on-line*, *sites* institucionais ou redes sociais.

Em seus 37 anos de existência, o Centro de Documentação da PUC-SP tem cumprido sua missão de apoiar o ensino, a pesquisa e a extensão tanto da Universidade, quanto de outras instituições de ensino, pesquisa e cultura. Prova disso é o trabalho que vem sendo realizado com o Fundo Clamor, e também com outros fundos e coleções do acervo do CEDIC.

Bibliografia

Andrade, Ana Célia Navarro de 2000 Inventário do Fundo Clamor: Organização e Descrição do Fundo Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul (São Paulo: Universidade de São Paulo). Dissertação de Mestrado.

Andrade, Ana Célia Navarro de 2013 “O projeto Clamor: documentação e memória de um Comitê pelos Direitos Humanos no Cone e o acesso à informação” em *Stampa*, Inez Terezinha y Netto, Rodrigo de Sá (orgs.) Arquivos da Repressão e da Resistência. Comunicações do I Seminário Internacional Documentar a Ditadura (Rio de Janeiro: Arquivo Nacional).

Barreto, Anna Flávia y Starling, Heloísa 2014 “Fundo Clamor: memórias e histórias de violações dos direitos humanos” em *Revista Historiae* (Rio Grande) Nº 5, Vol. 2.

Barreto, Anna Flávia 2014 “Memórias de histórias de violação dos direitos humanos durante as ditaduras militares no Brasil e no Cone Sul”, Seminário 1964-2014: um olhar crítico para não esquecer. Belo Horizonte, 18 a 20 de março.

Cruz, Heloísa de Faria 2013 “Clamor: Documentação e Memória de um Comitê pelos Direitos Humanos no Cone Sul (1978-1990)” em *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História* (Natal: Anpuh).

Fraga, Guilherme Barboza de 2012 A solidariedade não tem fronteiras. O grupo Clamor e a rede de direitos humanos na resistência às ditaduras do Cone Sul. (Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul).

Goldman, Francisco 2012 “Filhos da guerra suja” em *Revista Piauí* (São Paulo) Nº 68.

LIMA, Samarone 2003 Clamor. A vitória de uma conspiração brasileira (Rio de Janeiro: Objetiva).

Nassif, Fábio 2011 “Arquivo Clamor guarda a memória da resistência contra ditaduras na América Latina” emCarta Maior (São Paulo) versão on-line.

Padrós, Henrique Serra 2007“América Latina: Ditadura, Segurança Nacional e Terror de Estado. História e Luta de Classes” emAmérica Latina Contemporânea (São Paulo) Nº 4.

Padrós, Henrique Serra 2014. “Clamor: A Solidariedade Contra o Terrorismo de Estado e a Operação Condor” emProjeto História (São Paulo) Nº 50.

Reis, Ramiro 2009 “Por que LiliánCeliberti e Universindo Rodríguez foram sequestrados? Resistência uruguaia em Porto Alegre no final da década de 1970” emRevista Estudios Históricos(Rivera) Nº 3.

Righi, Graziane y Machado, Patrícia da Costa 2014“Entrevista com Jan Rocha, do grupo Clamor” em FAPA Ciências e Letras (Porto Alegre) Nº 56.

Rocha, Jan 2008“Memória do Condor: como um grupo de brasileiros localizou duas crianças sequestradas pelo terror multinacional” emO Estado de São Paulo (São Paulo) versão on-line.